

CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral

Informação reportada ao
quarto trimestre de 2018

41



ccdrc comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro



41

Boletim trimestral

Informação reportada ao
quarto trimestre de 2018

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento
Regional

Data de Edição

Março de 2019

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdr.pt

Alguns dados da informação conjuntural encontra-se
também em <http://datacentro.ccdr.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO de PORTUGAL

ÍNDICE

- 5 Enquadramento Nacional
- 7 Mercado de Trabalho
- 11 Desemprego Registado
- 13 Empresas
- 14 Comércio Internacional de Bens
- 17 Turismo
- 18 Construção e Habitação
- 20 Preços e Consumo Privado
- 22 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

Há precisamente 10 anos atrás, a CCDRC editava o primeiro número do “Centro de Portugal – Boletim Trimestral”. Esta publicação veio colmatar a necessidade de disponibilizar informação regional de curto prazo e elementos úteis para a reflexão sobre a situação socioeconómica da região.

Quarenta números volvidos, a sua pertinência continua a manter-se. A necessidade imperiosa de dispormos de informação de curto prazo, que permite a identificação precoce das tendências que marcam a evolução regional, torna esta publicação num imprescindível instrumento de apoio na tomada de decisões na esfera pública e privada.

Com o passar do tempo, o papel acabou por dar lugar ao digital, acompanhando as atuais tendências. No entanto, nunca se comprometeram as premissas iniciais: estar disponível em tempo útil, possibilitar uma leitura acessível sem comprometer o rigor e caracterizar-se por informação estável e robusta.

É, portanto, nosso compromisso assegurar a continuidade desta relevante publicação, onde se alia a divulgação de informação trimestral regional de referência à análise da sua evolução conjuntural.

Esperamos que continuem a tirar partido do “Centro de Portugal – Boletim Trimestral”.

A Presidente da CCDRC

Ana Abrunhosa

No quarto trimestre de 2018, o Produto Interno Bruto registou um aumento homólogo real de 1,7%, resultado do contributo positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional voltou a manter-se nos 6,7%, o valor mais baixo dos últimos anos. Já o nível de preços aumentou 0,8% face ao trimestre homólogo. A confiança dos consumidores continuou em queda, enquanto o indicador de clima económico aumentou.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, assistiu-se novamente a uma redução do desemprego e a um aumento do emprego. Também a taxa de atividade e a população ativa cresceram, em termos homólogos, por contraste com a população inativa que diminuiu. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem e os custos com o trabalho superaram os do trimestre homólogo.

No setor empresarial da Região Centro, face ao período homólogo, assistiu-se ao aumento das empresas constituídas e também das ações de insolvência. O peso do crédito vencido no total do crédito concedido voltou a diminuir, registando o valor mais baixo dos últimos seis anos. O setor da construção continuou a apresentar uma evolução muito positiva, demonstrada pelos significativos crescimentos homólogos em todos os indicadores regionais de obras licenciadas e concluídas.

A atividade turística na Região Centro apresentou alguma melhoria, evidenciada pelos aumentos homólogos nos hóspedes e nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros. Nas relações comerciais da região com o mercado externo, assistiu-se a um crescimento, em termos homólogos reais, das saídas e das entradas de bens. Relativamente ao consumo privado regional, todos os indicadores analisados apresentaram evoluções positivas neste trimestre. Já a taxa de inflação regional aumentou 1,0% face a igual período do ano anterior.

No PORTUGAL 2020, a 31 de dezembro de 2018, estavam aprovados 5,1 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 7,6 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. O COMPETE 2020 era o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que cofinanciou a maioria dos projetos aprovados.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

1,7%

foi o crescimento
homólogo real do
PIB e

6,7%

a taxa de
desemprego nacional

No quarto trimestre de 2018, o Produto Interno Bruto registou um aumento homólogo real de 1,7%, resultado do contributo positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional voltou a manter-se nos 6,7%, o valor mais baixo dos últimos anos. Já o nível de preços aumentou 0,8% face ao trimestre homólogo. A confiança dos consumidores continuou em queda, enquanto o indicador de clima económico aumentou.

No quarto trimestre de 2018, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume cresceu 1,7% face ao trimestre homólogo¹, verificando-se um abrandamento face aos trimestres anteriores.

A procura interna contribuiu positivamente para este crescimento, com um aumento de 3,2% na comparação homóloga, resultado da aceleração bastante acentuada do investimento e mais ligeira do consumo das famílias.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017
PIB*	v. h. (%)	1,7	2,1	2,5	2,2	2,5	2,1	2,8
Procura interna	v. h. (%)	3,2	2,4	2,8	2,6	2,7	2,7	3,0
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,8	2,3	2,8	2,2	2,2	2,6	2,4
Formação bruta de capital	v. h. (%)	7,2	4,2	4,8	6,3	6,9	5,6	9,2
Taxa de investimento	%	18,4	18,5	18,1	17,7	17,5	17,7	17,0
Exportações	v. h. (%)	0,0	2,9	7,0	4,9	7,2	3,7	7,8
Importações	v. h. (%)	3,2	3,4	7,5	5,6	7,2	4,9	8,1
VAB	v. h. (%)	1,5	1,6	2,1	1,7	2,1	1,7	2,4
Taxa de desemprego	%	6,7	6,7	6,7	7,9	8,1	7,0	8,9
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,8	1,4	1,0	0,8	1,5	1,0	1,4
Indicador de confiança dos consumidores**	%	-6,2	-5,0	-4,0	-3,9	-3,7	-4,8	-5,0
Indicador de clima económico	%	2,3	2,6	2,4	2,0	2,1	2,3	2,0
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,141	1,163	1,192	1,229	1,178	1,181	1,129
	v. h. (%)	-3,1	-1,0	8,3	15,5	9,2	4,6	2,0

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

** O indicador de confiança dos consumidores passou a ser calculado com uma nova composição, não sendo os valores divulgados neste boletim comparáveis com os das edições anteriores.
USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

A procura externa líquida voltou a registar um contributo negativo para a variação homóloga real do PIB, mas mais intenso do que nos trimestres anteriores, refletindo a forte desaceleração das exportações em volume. De facto, as exportações de bens e serviços registaram uma variação homóloga real nula neste trimestre (após um crescimento homólogo de 2,9% no trimestre anterior), resultado do decréscimo da componente de bens e do acréscimo da componente de serviços. As importações em volume aumentaram 3,2% em termos homólogos (contra 3,4% no trimestre precedente), refletindo um abrandamento das importações de bens e uma expressiva aceleração das importações de serviços.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 1,5% em termos homólogos reais, voltando a desacelerar face aos trimestres anteriores. Neste período, destacava-se a variação homóloga real de -3,0% no ramo da “agricultura, silvicultura e pesca” e os aumentos homólogos reais de 3,9% na “energia, água e saneamento” e de 2,9% no “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração”.

No que respeita ao mercado de trabalho, neste trimestre, a taxa de desemprego nacional manteve-se nos 6,7% (valor igual ao dos dois trimestres anteriores e inferior em 1,4 pontos percentuais ao do trimestre homólogo), correspondendo ao valor mais baixo desde o final de 2009. Estimavam-se 349,1 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo uma diminuição trimestral do desemprego de cerca de 3,6 mil pessoas e uma diminuição homóloga de 72,9 mil indivíduos.

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.
Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, aumentou 0,8% na comparação homóloga, tendo, no entanto, registado um abrandamento face aos dois trimestres anteriores. Das 12 classes de consumo, apenas três registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, mais concretamente, “vestuário e calçado” (-3,8%), “lazer, recreação e cultura” (-0,5%) e “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,1%). Nas restantes classes ocorreram aumentos homólogos, destacando-se, com os maiores crescimentos, as classes dos “transportes” (3,1%), “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,7%) e “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (2,6%).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, continuaram negativas e em queda. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, aumentou face ao trimestre homólogo, mas abrandou face aos dois trimestres anteriores.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu 3,1% face ao trimestre homólogo, mantendo a tendência de queda iniciada no trimestre anterior, após quatro trimestres consecutivos de aumentos. Esta desvalorização do euro traduz-se num preço inferior para igual quantidade de bens exportados e num preço superior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

5,7%

foi a taxa de
desemprego regional
do trimestre e

0,9%

foi o crescimento
homólogo dos
trabalhadores por
conta própria na
região

No quarto trimestre de 2018, assistiu-se novamente a uma redução do desemprego e a um aumento do emprego na Região Centro. Também a taxa de atividade e a população ativa cresceram, em termos homólogos, por contraste com a população inativa que diminuiu. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem e os custos com o trabalho superaram os do trimestre homólogo.

Segundo os dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no quarto trimestre de 2018, a taxa de atividade da população em idade ativa⁶ na Região Centro foi de 59,9%, tendo aumentado 1,0 p.p. face ao período homólogo e 0,1 p.p. face ao trimestre anterior. Esta taxa regional foi superior à média nacional, que foi de 59,1% e, como habitual, a dos homens foi bastante superior à das mulheres (66,3% contra 54,3%).

Neste trimestre, a população ativa⁷ da Região Centro ascendia a 1.167,0 mil indivíduos, o que representa uma variação homóloga de 1,3%, retomando a evolução positiva iniciada no primeiro trimestre de 2017 e apenas interrompida no trimestre anterior. Já os inativos⁸ totalizavam 1.051,4 mil indivíduos, menos 2,8% do que no trimestre homólogo. Esta evolução deveu-se essencialmente ao decréscimo dos domésticos (-8,6%), sendo contrariada, pela variação positiva dos reformados e dos estudantes com 15 e mais anos.

⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

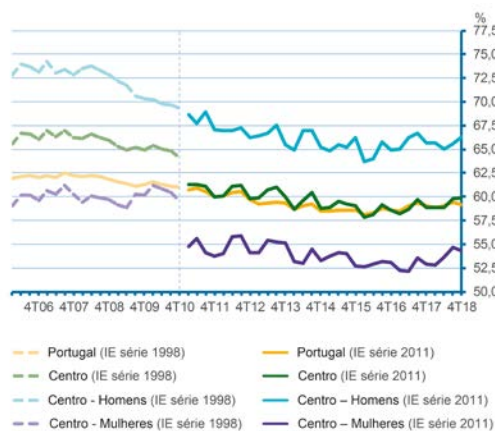
⁶ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁷ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

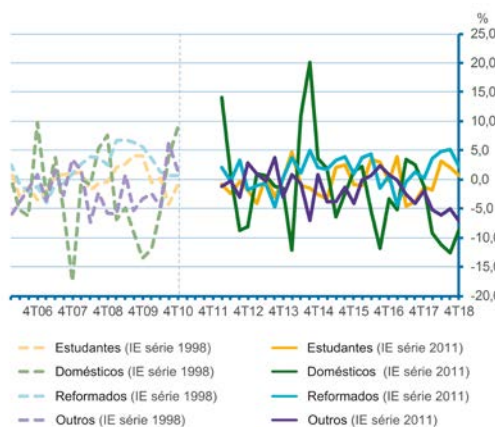
⁸ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

⁹ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)⁹



Quadro 2 – Atividade e Inatividade		4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017
		média trimestral						
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	59,1	59,4	59,0	58,9	59,0	59,1	59,0
Centro	%	59,9	59,8	58,9	58,9	58,9	59,4	58,9
	v. h. (p.p.)	1,0	0,1	0,2	0,7	0,3	0,5	0,5
População ativa – Centro	milhares	1.167,0	1.165,3	1.149,2	1.149,0	1.151,5	1.157,6	1.152,7
	v. h. (%)	1,3	-0,3	0,0	0,7	0,1	0,4	0,5
População inativa – Centro	milhares	1.051,4	1.055,4	1.073,9	1.077,4	1.081,8	1.064,5	1.084,0
	v. h. (%)	-2,8	-1,1	-1,3	-2,0	-1,0	-1,8	-1,5
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	169,9	165,9	187,2	181,3	168,8	176,1	174,5
	v. h. (%)	0,7	2,0	3,1	-1,8	-1,3	0,9	-1,5
Domésticos	milhares	90,8	84,6	87,5	89,3	99,3	88,1	98,2
	v. h. (%)	-8,6	-12,6	-11,3	-9,2	-1,2	-10,3	-0,3
Reformados	milhares	384,8	398,2	393,4	384,1	376,5	390,1	375,4
	v. h. (%)	2,2	5,1	4,7	3,6	0,2	3,9	-0,9
Outros	milhares	405,9	406,7	405,9	422,6	437,3	410,3	436
	v. h. (%)	-7,2	-5,1	-6,1	-5,2	-1,9	-5,9	-2,2

A taxa de emprego¹⁰ da Região Centro, no quarto trimestre de 2018, foi de 56,5%, traduzindo um crescimento de 1,1 p.p. face a igual período do ano anterior e uma ligeira diminuição de -0,1 p.p. face ao trimestre precedente. Esta taxa regional manteve-se superior à média nacional, que foi de 55,1%.

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.101,0 mil indivíduos, o que representou um aumento de 1,6% face ao mesmo período do ano anterior. Destacam-se, pelo seu contributo positivo mais significativo para a variação da população empregada, o aumento dos empregados com 45 ou mais anos (4,4%), do emprego no setor terciário, que registou um acréscimo de 4,0% e do emprego feminino que cresceu 1,8%. Em sentido contrário, as contrações homólogas mais expressivas ocorreram nos empregados dos 15 aos 24 anos (-7,4%) e no emprego do setor secundário (-3,9%).

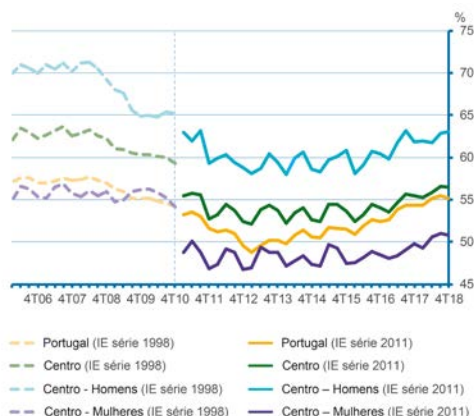
O aumento do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que cresceram 1,6% em termos homólogos. Este crescimento foi mais expressivo nos trabalhadores que possuem o ensino superior como habilitação, nos que desempenham as suas funções a tempo completo e nos contratados sem termo.

Também os trabalhadores por conta própria aumentaram face ao período homólogo, registando, neste trimestre, um crescimento de 0,9%, o que não sucedia desde o primeiro trimestre de 2017. Esta evolução homóloga resultou da variação positiva ocorrida tanto nos trabalhadores isolados (0,2%), como nos empregadores (2,5%).

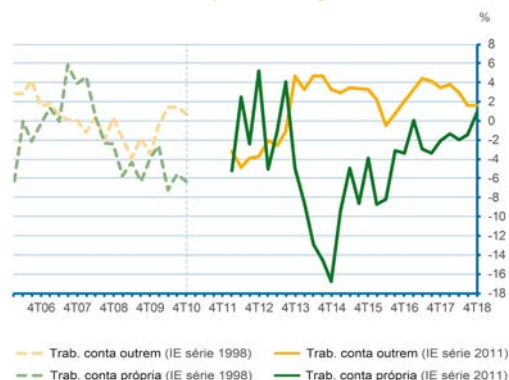
¹⁰ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

¹¹ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

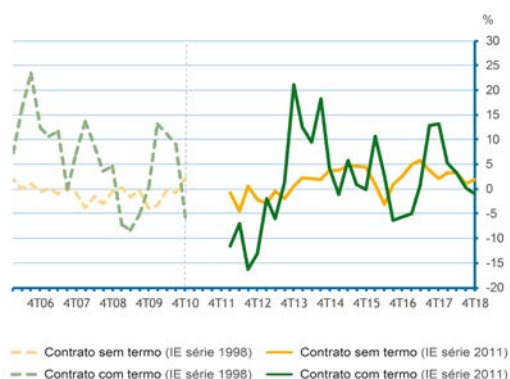
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



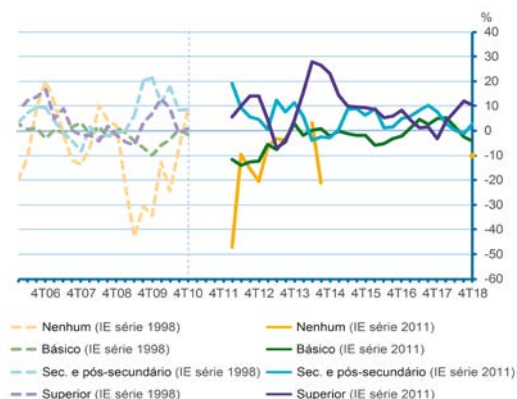
População empregada no Centro por situação na profissão¹¹ (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹²



Quadro 3 – Emprego		4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017	
		média trimestral							
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	55,1	55,4	55,1	54,3	54,3	55,0	53,7	
Centro	%	56,5	56,6	55,8	55,2	55,4	56,0	54,8	
	v. h. (p.p.)	1,1	1,0	1,2	1,7	1,4	1,2	1,3	
População empregada – Centro		milhares	1.101,0	1.102,4	1.088,7	1.077,1	1.084,0	1.092,3	1.073,0
	v. h. (%)	1,6	1,2	1,8	2,7	2,2	1,8	2,1	
Homens	v. h. (%)	1,4	-1,0	-0,5	3,0	2,3	0,7	3,3	
Mulheres	v. h. (%)	1,8	3,7	4,4	2,3	2,2	3,0	0,7	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-7,4	6,6	-5,0	7,9	22,0	0,3	9,5	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-0,5	-1,7	-0,8	-0,3	-1,4	-0,8	-1,0	
45 anos ou mais	v. h. (%)	4,4	3,0	4,8	4,8	3,5	4,3	4,2	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	2,8	2,8	-3,1	-12,4	-14,0	-2,7	-4,2	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-3,9	-5,8	-1,8	5,6	2,4	-1,6	4,8	
Serviços	v. h. (%)	4,0	4,4	4,6	4,1	5,3	4,3	2,1	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	871,8	868,6	858,7	853,9	858,2	863,3	842,4
	v. h. (%)	1,6	1,7	2,9	3,8	3,5	2,5	3,8	
Contratos sem termo	v. h. (%)	1,9	1,1	3,3	3,2	2,1	2,4	4,1	
Contratos com termo	v. h. (%)	-1,0	0,2	3,2	5,3	13,2	1,8	5,2	
Tempo completo	v. h. (%)	2,3	1,6	3,6	4,0	4,0	2,9	4,2	
Tempo parcial	v. h. (%)	-7,0	2,4	-5,9	0,3	-3,3	-2,9	-0,5	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	-10,1	§	§	§	§	-6,6	-5,0	
Básico	v. h. (%)	-4,4	-2,6	1,4	5,2	4,8	-0,2	3,3	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	3,0	-1,2	0,2	2,8	7,6	1,1	8,0	
Superior	v. h. (%)	10,4	12,1	7,9	3,7	-3,3	8,6	0,8	
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	222,7	226,5	225,9	218,9	220,8	223,5	225,7
	v. h. (%)	0,9	-1,4	-2,0	-1,4	-2,1	-1,0	-2,2	
Isolados	v. h. (%)	0,2	-1,4	-2,7	-1,4	-5,9	-1,4	-3,2	
Empregadores	v. h. (%)	2,5	-1,6	0,6	-1,3	10,0	0,0	1,5	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

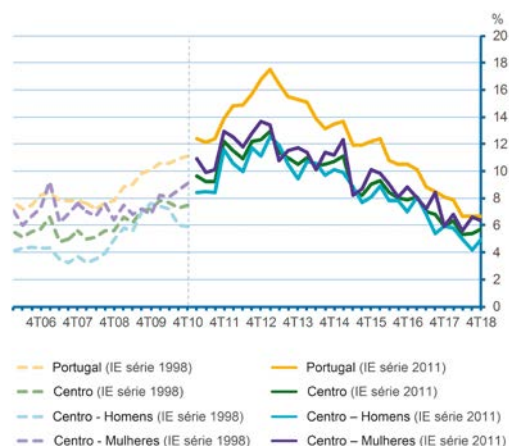
¹² Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

A taxa de desemprego¹³ regional foi de 5,7%, no quarto trimestre de 2018, traduzindo uma diminuição de 0,2 p.p. face ao trimestre homólogo. Este valor foi o mais baixo das sete regiões portuguesas e manteve-se inferior à média nacional, que foi pelo terceiro trimestre consecutivo de 6,7%. Os indivíduos do escalão etário dos 15 aos 24 anos continuam a ser dos mais afetados pelo desemprego tendo registado, neste trimestre, uma taxa de 20,4%. A taxa de desemprego das mulheres manteve-se superior à dos homens (6,3% contra 5,0%).

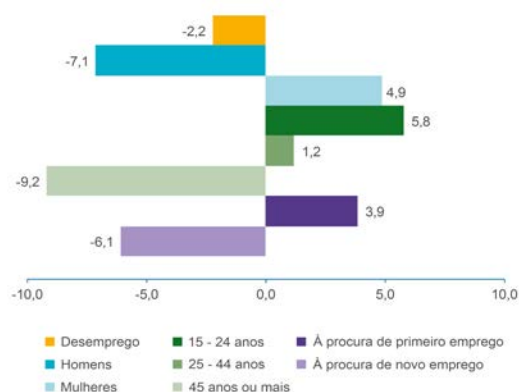
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 66,0 mil indivíduos, menos 2,2% face a igual período do ano anterior. Das categorias de desempregados analisadas, apenas quatro registaram diminuições homólogas: os desempregados com 45 ou mais anos (-24,6%), os homens desempregados (-13,6%), os desempregados há 12 ou mais meses (-8,1%) e os desempregados à procura de novo emprego (-6,9%). A contrariar esta evolução regional, destacam-se pelos aumentos homólogos mais significativos os desempregados à procura de primeiro emprego (33,3%) e os desempregados dos 15 aos 24 anos (32,0%).

¹³ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no quarto trimestre de 2018 (%)



Quadro 4 – Desemprego		4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	6,7	6,7	6,7	7,9	8,1	7,0	8,9
Centro	%	5,7	5,4	5,3	6,3	5,9	5,6	6,9
	v. h. (p.p.)	-0,2	-1,4	-1,7	-1,8	-2,0	-1,3	-1,5
Homens	%	5,0	4,2	5,0	5,8	5,9	5,0	6,5
Mulheres	%	6,3	6,6	5,6	6,8	5,9	6,3	7,4
15 - 24 anos	%	20,4	18,2	20,4	16,7	15,2	18,9	20,8
25 - 44 anos	%	6,2	5,8	5,9	7,4	6,0	6,3	6,9
45 anos ou mais	%	3,2	3,3	3,1	4,0	4,4	3,4	5,1
População desempregada – Centro	milhares	66,0	63,0	60,4	71,9	67,5	65,3	79,8
	v. h. (%)	-2,2	-20,7	-24,6	-21,8	-25,4	-18,2	-16,9
Homens	v. h. (%)	-13,6	-23,1	-28,6	-28,4	-15,1	-24,1	-15,5
Mulheres	v. h. (%)	10,2	-18,9	-20,5	-14,6	-34,2	-12,2	-18,4
15 - 24 anos	v. h. (%)	32,0	-11,1	-8,3	-39,7	-40,2	-10,8	-21,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	2,7	-10,3	-21,0	-8,1	-27,6	-10,0	-17,5
45 anos ou mais	v. h. (%)	-24,6	-37,0	-37,4	-28,3	-11,6	-31,7	-13,2
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	33,3	-11,1	-2,5	-1,3	-25,0	2,3	-30,6
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-6,9	-22,2	-27,0	-23,7	-25,5	-20,6	-14,8
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	3,5	-15,0	-30,2	-30,6	-9,3	-19,2	2,6
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-8,1	-26,1	-18,7	-14,0	-36,8	-17,1	-29,9

¹⁴ O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 846 euros, representando um crescimento homólogo real de 3,5% e dando continuidade à evolução positiva observada desde o quarto trimestre de 2014, que apenas foi interrompida nos dois primeiros trimestres de 2017. De salientar que o salário médio da região continua abaixo da média nacional, que conheceu uma variação homóloga real de 2,7%, cifrando-se nos 896 euros.

O índice de custo do trabalho¹⁴ aumentou, em termos homólogos reais, na região (10,0%) e no país (7,1%). Esta variação regional intensificou o comportamento de aumento observado nos dois trimestres anteriores. De referir ainda que a variação registada na Região Centro foi justificada pelo significativo acréscimo homólogo verificado nos custos salariais suportados pela entidade empregadora e nos outros custos de trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017	
								média trimestral	
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)									
Portugal	€	896	891	887	876	865	888	856	
	v. h. real (%)	2,7	2,1	3,2	2,8	0,8	2,7	0,6	
Centro	€	846	850	835	820	811	838	805	
	v. h. real (%)	3,5	3,1	2,8	2,9	0,2	3,1	-0,6	
Índice de Custo do Trabalho*									
Portugal	v. h. real (%)	7,1	0,1	2,4	-3,1	-1,0	1,8	0,2	
Centro	v. h. real (%)	10,0	1,1	2,6	-0,7	-0,5	3,4	1,6	

* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

DESEMPREGO REGISTADO

-16,6%

desempregados registados nos centros de emprego regionais do que no trimestre homólogo e

78

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

No quarto trimestre de 2018, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir significativamente face ao trimestre homólogo, atingindo-se um novo mínimo histórico. Também os novos desempregados mantiveram a tendência de quebra, observada há mais de três anos consecutivos. Já as colocações realizadas pelo IEFP aumentaram face a igual período do ano anterior.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro 57,5 mil desempregados, atingindo-se, pelo quinto trimestre consecutivo, um mínimo histórico. Esta evolução regional traduziu-se numa diminuição homóloga de 16,6%.

Para tal contribuiu a contração homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-2,5%), que mantiveram a tendência de quebra, verificada há mais de três anos consecutivos. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 311 novos desempregados (menos oito do que em igual período do ano anterior).

Já as colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo de 10,0%, retomando o comportamento positivo verificado no final de 2017 e início de 2018

e apenas interrompido nos dois trimestres anteriores. Em termos médios, ocorreram cerca de 78 colocações por dia, aproximadamente mais sete colocações diárias do que em igual trimestre do ano anterior.

Quadro 6 – Desemprego Registrado		4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	57,5	59,0	61,1	68,5	69,0	61,5	75,1
	v. h. (%)	-16,6	-19,2	-18,8	-17,7	-16,1	-18,1	-17,6
Novos desempregados**	milhares	28,0	28,4	23,7	27,1	28,7	26,8	28,7
	v. h. (%)	-2,5	-6,2	-3,1	-13,2	-10,1	-6,5	-11,6
Colocações do IEFP**	milhares	7,0	8,3	7,9	8,2	6,4	7,8	7,9
	v. h. (%)	10,0	-4,5	-6,0	1,3	1,2	-0,5	-12,9

* valores médios trimestrais

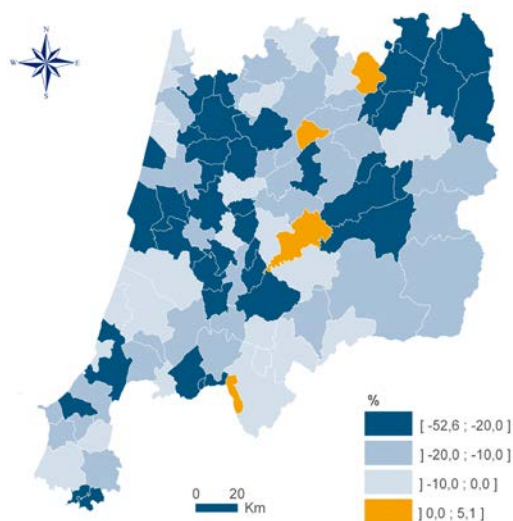
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100}$, sendo, determinado município e _{RC} a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2017.

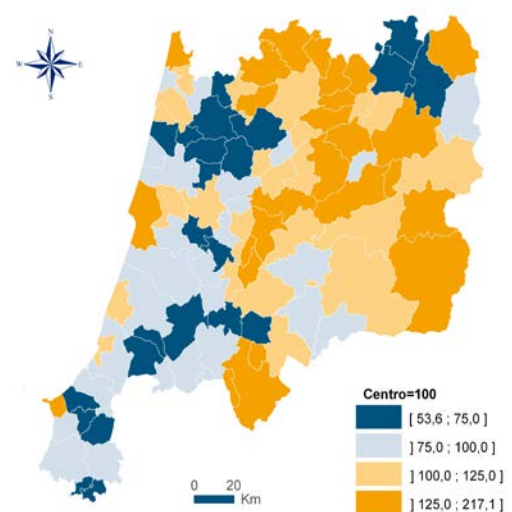
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em apenas quatro municípios ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior, mais concretamente em Pampilhosa da Serra (5,1%), Constância (4,5%), Aguiar da Beira (2,6%) e Nelas (0,9%). Nos restantes 96 municípios, o número de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas significativas reduções homólogas, Manteigas (-52,6%), Sever do Vouga (-51,4%), Mortágua (-43,7%) e Trancoso (-41,1%).

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 51 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Sever do Vouga (53,6), Mortágua (54,4) e Ourém (55,2). Dos 49 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com os valores mais elevados, os municípios de Idanha-a-Nova (217,1), Castro Daire (205,5) e Vila Nova de Paiva (196,3).

Variação homóloga do desemprego registado por município no quarto trimestre de 2018



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no quarto trimestre de 2018¹⁵



EMPRESAS

19,1%

foi a variação homóloga das empresas constituídas na região e

9,3%

o peso do crédito vencido das empresas da região

No quarto trimestre de 2018, assistiu-se na Região Centro e em Portugal a um aumento das empresas constituídas e das ações de insolvência, face ao período homólogo. Já o peso do crédito vencido no total do crédito concedido continuou a diminuir, registando o valor mais baixo dos últimos seis anos. Também os empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro se mantiveram em queda.

Neste trimestre, foram constituídas 1.583 empresas na Região Centro, o que correspondeu a um aumento de 19,1% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional superou o crescimento homólogo do número de constituições do total do país (14,6%). Em termos médios, foram criadas, aproximadamente, 18 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 125 novas empresas criadas diariamente no país.

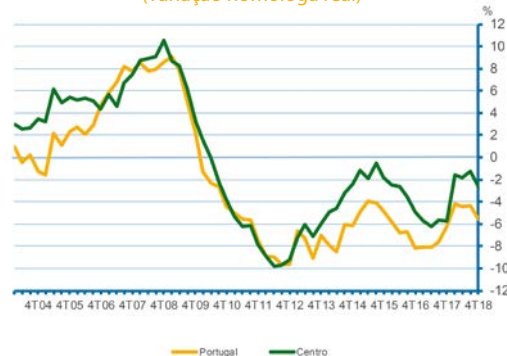
Na região registaram-se 314 ações de insolvência¹⁶ neste trimestre, o que se traduziu num aumento homólogo de 2,3%, superior à evolução nacional (1,8%). Este crescimento das insolvências deu continuidade ao comportamento observado nos dois trimestres anteriores, que havia infletido oito trimestres sucessivos de quebras homólogas. Em Portugal ocorreram cerca de 19 ações de insolvência, em média, por dia, das quais aproximadamente três foram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras mantiveram a tendência negativa observada há mais de oito anos consecutivos. Ainda assim, a evolução homóloga real na região foi de -2,7%, enquanto a média nacional se situou nos -5,6%.

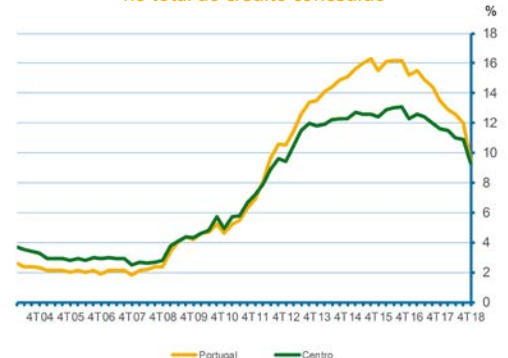
O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, diminuiu em relação ao trimestre homólogo, mantendo-se como o valor mais baixo dos últimos seis anos. Deste modo, no quarto trimestre de 2018, este indicador fixou-se nos 9,3% na região, ficando ligeiramente abaixo da média do país (9,4%).

¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	11.232	9.501	11.219	13.373	9.803	11.331	10.126
	v. h. (%)	14,6	4,9	15,6	12,0	14,9	11,9	10,0
Centro	número	1.583	1.361	1.651	1.995	1.329	1.648	1.539
	v. h. (%)	19,1	-5,3	7,1	7,8	4,3	7,0	3,5
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	69.071	71.798	72.179	73.204	72.556	71.563	74.305
	v. h. real (%)	-5,6	-4,3	-4,5	-4,2	-6,2	-4,6	-7,5
Centro	milhões €	13.186	13.859	13.862	13.948	13.435	13.714	13.833
	v. h. real (%)	-2,7	-1,3	-1,8	-1,6	-5,7	-1,8	-5,8
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	9,4	12,0	12,6	12,9	13,5	11,7	14,6
Centro	%	9,3	10,9	11,0	11,5	11,6	10,7	12,2
Ações de insolvência								
Portugal	número	1.726	1.233	1.922	1.728	1.696	1.652	1.660
	v. h. (%)	1,8	16,5	10,0	-19,1	-8,8	-0,5	-14,7
Centro	número	314	233	350	320	307	304	291
	v. h. (%)	2,3	21,4	16,7	-12,1	-16,8	4,6	-23,8

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

4,8%

foi o crescimento homólogo real das saídas de bens da região e

2,7%

foi o crescimento homólogo real das entradas de bens na região

No quarto trimestre de 2018, na Região Centro, assistiu-se a um crescimento das saídas e das entradas de bens em termos homólogos reais. O mercado extracomunitário foi o que mais contribuiu para as variações registadas, neste trimestre, nas saídas e nas entradas de bens.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁷ de 4,8%, contrariando o total nacional que diminuiu 0,2% e dando continuidade à evolução positiva observada desde o primeiro trimestre de 2018. Esta evolução foi explicada pelos aumentos homólogos das saídas para ambos os mercados, tendo o contributo mais expressivo ocorrido no mercado extracomunitário (7,1%).

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

¹⁸ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância superior a 93% e 90% do total das saídas e entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificou-se que as secções XVII “material de transporte”, XIII “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras”, IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados” foram as que contribuíram em 3,59 p.p. para a variação homóloga regional positiva de 4,76%. Das secções analisadas, apenas três contrariaram a evolução positiva registada na região, tendo as quebras ocorrido nas secções VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-0,43%), XI “matérias têxteis e suas obras” (-0,41%) e II “produtos do reino vegetal” (-0,25%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens			4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017	
			média trimestral							
Saídas de bens										
Portugal	milhões €		14.326,2	14.060,2	15.204,9	14.331,9	14.134,5	14.480,8	13.757,3	
	v. h. real (%)		-0,2	2,8	8,9	1,8	5,8	3,3	6,4	
Intracomunitárias	milhões €		10.911,7	10.537,8	11.551,8	11.060,4	10.441,9	11.015,4	10.189,2	
	v. h. real (%)		2,9	5,1	11,1	5,3	8,4	6,0	4,9	
Extracomunitárias	milhões €		3.414,5	3.522,4	3.653,0	3.271,5	3.692,6	3.465,4	3.568,1	
	v. h. real (%)		-9,0	-3,4	2,4	-8,7	-1,0	-4,7	11,0	
Centro	milhões €		2.866,9	2.629,4	2.989,2	2.801,6	2.693,7	2.821,8	2.658,2	
	v. h. real (%)		4,8	1,2	8,1	2,3	-7,0	4,1	-7,2	
Intracomunitárias	milhões €		2.247,5	2.076,7	2.425,3	2.271,4	2.124,6	2.255,2	2.107,4	
	v. h. real (%)		4,1	1,5	10,1	4,0	-2,6	5,0	-5,6	
Extracomunitárias	milhões €		619,4	552,7	563,9	530,1	569,1	566,5	550,8	
	v. h. real (%)		7,1	0,1	0,4	-4,3	-20,4	0,9	-13,0	
Entradas de bens										
Portugal	milhões €		19.656,6	18.232,3	19.326,0	17.854,9	18.075,7	18.767,4	17.372,3	
	v. h. real (%)		6,1	2,6	7,1	5,6	7,6	5,4	8,5	
Intracomunitárias	milhões €		15.224,5	13.359,5	14.528,9	13.741,1	14.007,9	14.213,5	13.277,6	
	v. h. real (%)		6,0	-1,1	6,5	6,2	6,9	4,4	6,5	
Extracomunitárias	milhões €		4.432,1	4.872,7	4.797,1	4.113,8	4.067,8	4.553,9	4.094,7	
	v. h. real (%)		6,3	14,4	9,0	3,8	10,3	8,5	15,4	
Centro	milhões €		2.473,3	2.324,9	2.693,7	2.402,5	2.348,0	2.473,6	2.304,4	
	v. h. real (%)		2,7	0,4	10,3	5,2	8,3	4,7	8,1	
Intracomunitárias	milhões €		2.003,0	1.858,9	2.165,4	1.988,6	1.956,8	2.004,0	1.900,5	
	v. h. real (%)		-0,2	-1,5	6,7	6,3	6,2	2,8	7,2	
Extracomunitárias	milhões €		470,3	466,0	528,3	413,9	391,2	469,6	403,9	
	v. h. real (%)		17,3	8,5	27,6	0,6	20,3	13,4	12,6	

Os valores de 2017 são provisórios e os de 2018 são preliminares sendo revistos trimestralmente.

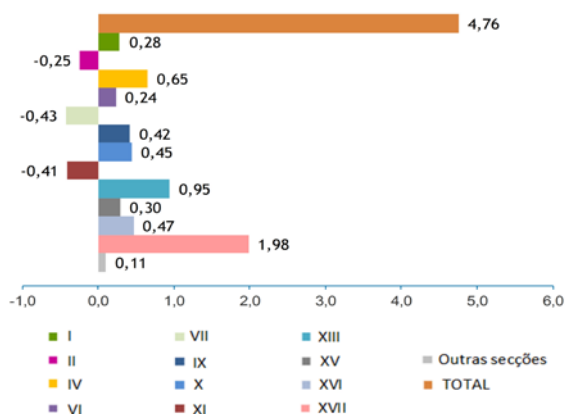
Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

¹⁹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 69% e 77% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

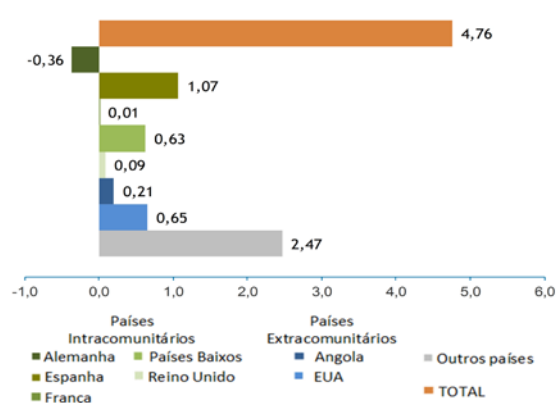
Analisando as saídas de bens da região considerando os países de destino com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, constatou-se que os países que mais justificaram a variação homóloga regional de 4,76% foram, no mercado intracomunitário, a Espanha e os Países Baixos (que no conjunto contribuíram em 1,70 p.p. para a variação total) e, no mercado extracomunitário, os EUA com uma variação positiva de 0,65%. A contrariar esta evolução regional positiva encontramos apenas a Alemanha com uma variação homóloga negativa de 0,36%.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no quarto trimestre de 2018 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁸



Contributos dos países¹⁹

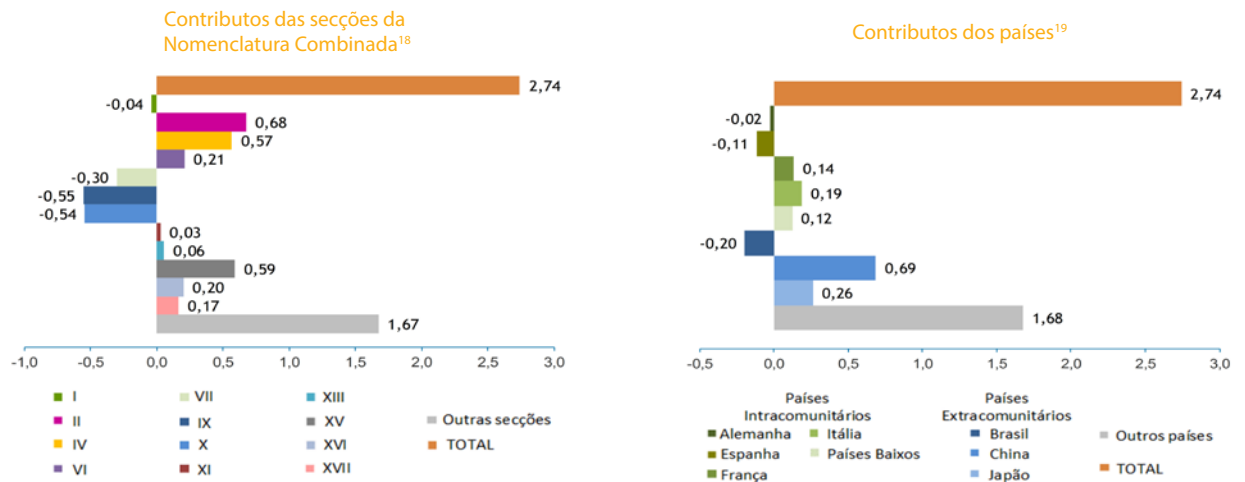


As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um crescimento real de 2,7%, inferior ao total nacional que cresceu 6,1%. Esta evolução decorreu do significativo aumento homólogo observado nas entradas de bens com origem no mercado extracomunitário (17,3%), já que as entradas de bens provenientes dos países da União Europeia diminuíram 0,2%, em termos homólogos reais.

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a grande maioria desses grupos contribuíram para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, com destaque para as secções II “produtos do reino vegetal” (0,68%), XV “metais comuns e suas obras” (0,59%) e IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados” (0,57%). Apenas quatro secções analisadas contrariaram a evolução positiva regional, salientando-se pelas reduções mais expressivas as secções IX “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (-0,55%) e X “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” (-0,54%).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que a Itália foi, no mercado intracomunitário, o que mais contribuiu para o aumento homólogo regional de 2,74%, por contraste com a Espanha e a Alemanha, que apresentaram um contributo conjunto negativo de 0,13 p.p. Dos países com relevo no mercado extracomunitário, a China foi o que mais contribuiu para a variação regional registada no trimestre, por oposição ao Brasil que contrariou em 0,20% a variação total das entradas de bens.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no quarto trimestre de 2018 (%)



TURISMO

1,7 noites

foi a estada média nos estabelecimentos hoteleiros da região e

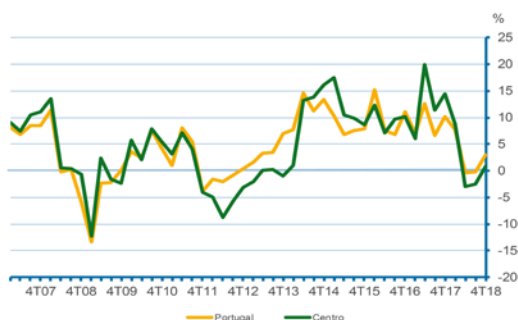
0,8%

o crescimento homólogo real dos hóspedes e dos proveitos

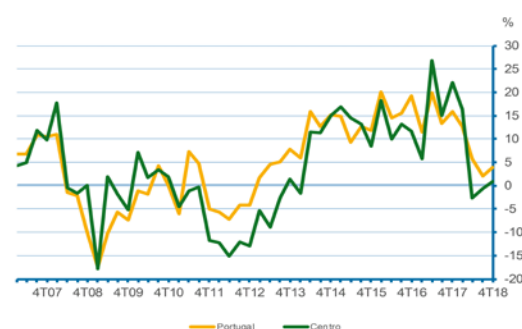
No quarto trimestre de 2018, o setor do turismo na região apresentou alguns sinais de melhoria, evidenciada pelos aumentos homólogos verificados nos hóspedes e nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros. Também no país a evolução foi positiva em ambos os indicadores. Já as dormidas registaram um crescimento homólogo real em Portugal, mas um decréscimo na região.

Neste trimestre, os estabelecimentos hoteleiros acolheram mais hóspedes do que em igual período do ano anterior. Apesar de na Região Centro, o crescimento homólogo (0,8%) ter sido menos expressivo do que o da média nacional (3,1%), verificou-se uma inflexão da evolução negativa observada nos dois trimestres anteriores, parecendo retomar a tendência de aumentos homólogos verificada durante 17 trimestres sucessivos. Já as dormidas em estabelecimentos hoteleiros da região sofreram uma quebra face ao período homólogo (-1,1%), contrariando a média do país que aumentou em 1,9%. Os proveitos dos estabelecimentos hoteleiros registaram um crescimento homólogo real na região e no país, de 0,8% e 4,0%, respetivamente. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu o aumento homólogo real dos proveitos de aposento que cresceram 0,6% e que representavam, neste trimestre, cerca de 66% do total de proveitos em estabelecimentos hoteleiros. A estada média na Região Centro manteve-se inalterada em 1,7 noites, em termos homólogos, enquanto no país diminuiu ligeiramente para as 2,5 noites.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros
(variação homóloga)



Proveitos totais
(variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo		4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017	
								média trimestral	
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	4.541	6.906	5.910	3.695	4.406	5.263	5.173	
	v. h. (%)	3,1	-0,2	-0,4	7,7	10,2	1,7	9,1	
Centro	milhares	701	1.078	868	552	695	800	801	
	v. h. (%)	0,8	-2,6	-3,0	8,8	14,4	-0,2	13,4	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	11.471	20.747	15.921	9.463	11.253	14.400	14.406	
	v. h. (%)	1,9	-1,7	-3,2	7,3	8,2	0,0	7,6	
Centro	milhares	1.164	2.030	1.442	885	1.177	1.380	1.423	
	v. h. (%)	-1,1	-6,0	-7,8	11,9	18,5	-3,0	15,2	
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	n.º noites	2,5	3,0	2,7	2,6	2,6	2,7	2,8	
Centro	n.º noites	1,7	1,9	1,7	1,6	1,7	1,7	1,8	
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares €	693.127	1.397.561	1.001.372	510.307	661.087	900.592	849.457	
	v. h. real (%)	4,0	2,1	5,8	12,7	15,8	5,0	15,3	
Centro	milhares €	60.177	104.014	71.389	44.015	59.185	69.899	68.181	
	v. h. real (%)	0,8	-0,7	-2,7	16,3	22,2	1,5	17,9	

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2018 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

46,1%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos para habitação familiar licenciados na região e

-24,1%

a diminuição homóloga real regional do crédito à habitação vencido

No quarto trimestre de 2018, o setor da construção manteve uma evolução muito positiva, evidenciada pelos significativos crescimentos homólogos em todos os indicadores regionais de obras licenciadas e concluídas.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.528 edifícios, o que se traduziu num aumento homólogo de 28,6%. Esta variação foi mais expressiva que a média nacional, em que os edifícios licenciados cresceram 26,4%, e deu continuidade à tendência de aumentos iniciada em 2016 (apenas interrompida no quarto trimestre de 2017). Os restantes indicadores do licenciamento também continuaram a evidenciar evoluções muito positivas. Assim, face a igual período do ano anterior, o licenciamento de novos fogos para habitação familiar cresceu 46,1% e o licenciamento de construções novas na região aumentou 18,7%.

Os edifícios concluídos aumentaram 17,5%, na região, face a igual período do ano anterior, mantendo a evolução positiva iniciada no ano de 2017 e que influiu cerca de dez anos de contrações homólogas sucessivas. Este crescimento deveu-se ao acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (16,8%). Também os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar tiveram um aumento expressivo de 17,8%, em termos homólogos, dando continuidade à tendência positiva dos últimos três anos. Também em termos nacionais se manteve a evolução positiva significativa observada nos trimestres anteriores, com os edifícios concluídos a registar um crescimento homólogo de 18,8%.

Quadro 10 – Construção e Habitação		4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	5.477	5.342	5.716	5.384	4.334	5.480	4.651
	v. h. (%)	26,4	18,3	20,9	7,1	-1,2	17,8	11,3
Centro	número	1.528	1.593	1.617	1.446	1.188	1.546	1.331
	v. h. (%)	28,6	19,3	18,1	1,0	-11,8	16,2	7,9
Construções novas	número	979	1.045	1.105	1.003	825	1.033	909
	v. h. (%)	18,7	14,0	16,6	6,1	-5,5	13,7	13,6
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	46,1	11,2	55,5	12,9	-19,7	30,1	18,7
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	4.046	3.861	3.570	3.466	3.407	3.736	3.217
	v. h. (%)	18,8	12,3	17,9	15,7	24,3	16,1	22,1
Centro	número	1.155	1.140	1.017	1.045	983	1.089	977
	v. h. (%)	17,5	5,8	12,7	10,6	15,1	11,5	17,3
Construções novas	número	834	811	796	768	714	802	699
	v. h. (%)	16,8	7,3	22,8	13,6	21,8	14,9	23,4
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	17,8	45,2	17,3	24,9	9,2	25,5	23,2
Empréstimos concedidos para habitação								
Portugal	v. h. real (%)	-2,1	-2,3	-2,2	-2,2	-3,1	-2,2	-3,9
Centro	v. h. real (%)	-1,6	-1,7	-1,7	-1,6	-2,5	-1,7	-3,4
Crédito à habitação vencido***								
Portugal	v. h. real (%)	-24,3	-12,4	-8,7	-4,0	-1,8	-12,2	-7,4
Centro	v. h. real (%)	-24,1	-11,5	-7,6	-2,2	0,7	-11,3	-5,6
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.215,7	1.196,0	1.175,7	1.160,0	1.145,0	1.186,8	1.122,0
	v. h. real (%)	5,3	4,9	4,8	4,0	3,5	4,7	3,7
Centro	€/m ²	1.002,0	986,3	961,3	959,0	954,3	977,2	927,0
	v. h. real (%)	4,1	4,2	4,0	5,2	5,4	4,4	4,5

* O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** A informação para os anos de 2017 e 2018 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

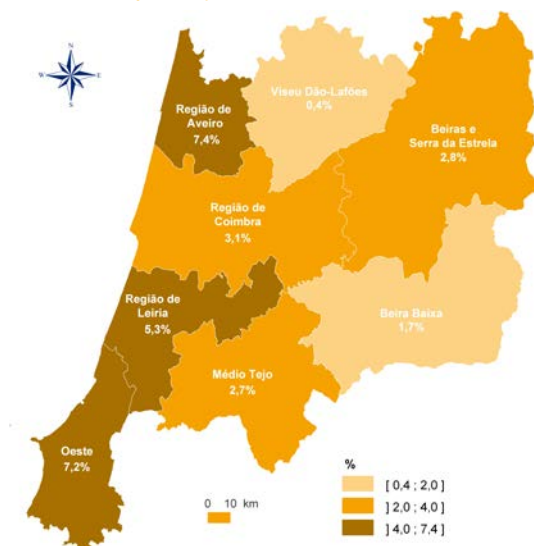
*** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação continuaram em queda no quarto trimestre de 2018, tendo sido observada uma variação homóloga real de -1,6% na região e de -2,1% no país. O crédito à habitação vencido na região também diminuiu expressivamente (-24,1%), em termos homólogos reais, acompanhando a evolução nacional (-24,3%) e mantendo a tendência de quebras registadas nos últimos dois anos, apenas interrompida no quarto trimestre de 2017. Também o peso do crédito vencido no total do crédito à habitação concedido diminuiu no país e na região, cifrando-se a nível regional nos 2,0%, o que representou uma quebra homóloga de 0,6 p.p..

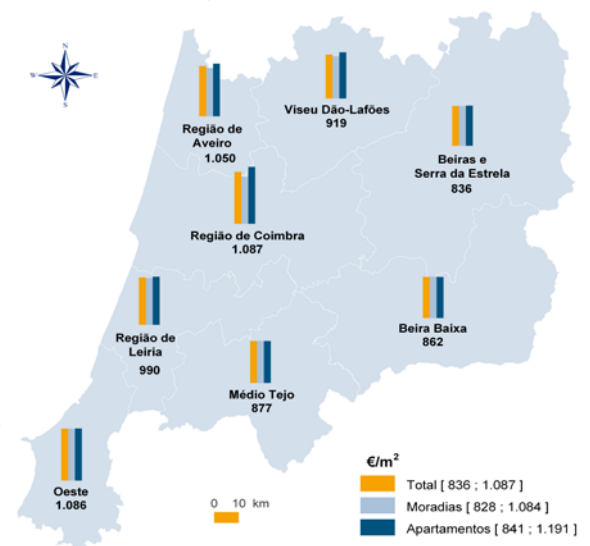
Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 4,1% em termos homólogos reais, situando-se abaixo da média nacional, que cresceu 5,3%. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 1.002 euros (mais 48 euros por metro quadrado do que no mesmo trimestre do ano anterior). O valor médio da avaliação bancária subiu em todas as sub-regiões da Região Centro em termos homólogos reais, destacando-se, com as variações mais expressivas a Região de Aveiro com um acréscimo de 7,4% e o Oeste que cresceu 7,2%.

Ambas as tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 5,0% no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 3,6% nas moradias. A Região de Coimbra manteve o comportamento habitual, sendo a sub-região com a avaliação mais elevada (1.087€/m²) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.191€/m²). O Oeste continuou também a apresentar a valorização mais elevada nas moradias (1.084€/m²), enquanto a menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (828€/m²). Esta sub-região era igualmente a menos valorizada em termos médios globais (836€/m²) e nos apartamentos (841€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2018



Avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2018



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

1,0%

foi a taxa de inflação
homóloga regional e

6,6%

o peso regional do
crédito vencido para
consumo e outros fins
no trimestre

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao período homólogo, na Região Centro e em Portugal. Todos os indicadores representativos do consumo privado apresentaram evoluções positivas.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registou um aumento de 1,0%, face a igual período do ano anterior. Este crescimento regional superou ligeiramente o da média nacional (que neste trimestre aumentou em 0,8%), mas foi inferior ao observado no período homólogo e anterior. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou este crescimento dos preços, destacando-se com os aumentos mais expressivos os “transportes” (3,3%), a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (2,7%) e as “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,5%). Apenas três classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: o “vestuário e calçado” (-2,8%), os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,5%) e o “lazer, recreação e cultura” (-0,4%).

Quadro 11 – Preços		4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017
							média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	0,8	1,4	1,0	0,8	1,5	1,0	1,4
Centro	v. h. (%)	1,0	1,5	0,9	1,0	1,2	1,1	1,1
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	0,2	0,9	1,1	0,7	1,9	0,7	1,5
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,5	2,5	2,3	1,7	2,4	2,3	2,4
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,8	-3,4	-2,9	-2,6	-2,9	-3,0	-1,8
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	2,7	3,0	2,1	1,5	1,3	2,3	0,7
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,5	-0,2	-0,5	-0,8	-0,6	-0,5	-0,8
Saúde	v. h. (%)	1,1	1,2	1,3	1,2	1,0	1,2	0,3
Transportes	v. h. (%)	3,3	3,7	2,7	1,5	2,8	2,8	3,2
Comunicações	v. h. (%)	0,3	0,4	0,6	0,8	1,6	0,5	2,8
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-0,4	0,3	-0,4	0,5	-0,2	0,0	1,2
Educação	v. h. (%)	1,1	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	1,1
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,4	3,1	1,5	2,9	2,9	2,2	1,9
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,5	0,8	0,4	1,0	0,9	0,9	0,7

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, no quarto trimestre de 2018, na região e no país, a evoluções positivas em todos eles. As importações de bens de consumo regionais cresceram 7,1% em termos homólogos reais, superando o crescimento da média nacional que foi de 4,8%. As receitas de cinema registaram um significativo aumento homólogo real tanto na Região Centro (13,7%), como em Portugal (12,3%), contrariando o comportamento negativo verificado há cinco trimestres consecutivos.

Também os empréstimos concedidos para consumo aumentaram, na Região Centro, 3,6% em termos homólogos reais. Apesar desta evolução regional evidenciar um abrandamento face ao trimestre homólogo e anteriores, posiciona a região acima da média do país e dá continuidade à tendência de crescimento observada há dez trimestres sucessivos. Já o peso do crédito vencido para consumo no total de crédito concedido continuou em queda face ao período homólogo e aos períodos anteriores, fixando-se nos 6,6% na Região Centro e nos 7,6% no país, observando-se neste trimestre uma quebra regional de 7 p.p. face ao máximo histórico atingido no terceiro trimestre de 2014 (13,6%).

Todos os indicadores regionais referentes a levantamentos e pagamentos em caixas multibanco e a compras em terminais de pagamento automático cresceram neste trimestre acima da média nacional.

Quadro 12 – Consumo Privado		4T18	3T18	2T18	1T18	4T17	2018	2017
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	4,8	-2,3	1,8	1,7	2,2	1,5	1,3
Centro	v. h. real (%)	7,1	3,2	1,2	0,1	-3,4	2,8	-1,0
Receitas de cinema**								
Portugal	v. h. real (%)	12,3	-0,8	-25,0	-4,0	-4,6	-4,6	4,3
Centro	v. h. real (%)	13,7	-6,9	-34,1	-7,4	-6,6	-9,7	6,4
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	3,0	3,4	4,1	4,0	2,6	3,6	2,6
Centro	v. h. real (%)	3,6	4,7	5,7	5,1	3,7	4,8	3,7
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	7,6	8,6	8,6	9,2	9,4	8,5	10,8
Centro	%	6,6	7,4	7,8	8,4	8,6	7,6	9,7
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	2,5	0,8	0,3	2,0	1,3	1,4	0,5
Centro	v. h. real (%)	2,8	1,9	0,5	2,7	1,9	2,0	0,9
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	4,6	5,4	5,6	3,2	3,6	4,8	4,6
Centro	v. h. real (%)	5,2	4,8	4,9	3,2	2,9	4,6	3,8
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	7,5	7,0	7,3	10,6	9,4	8,0	9,1
Centro	v. h. real (%)	8,8	8,4	7,0	10,3	8,1	8,6	7,9

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2017 são provisórios e os de 2018 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

** Os dados de 2018 das receitas de cinema são provisórios.

*** Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros, repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

5,1 mil milhões
de euros de fundos
europeus

aprovados para a
Região Centro até ao
final de 2018 e

25,9%

dos fundos europeus
aprovados no
PORTUGAL 2020
absorvidos pela
Região Centro

²⁰ No final de dezembro de 2018, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

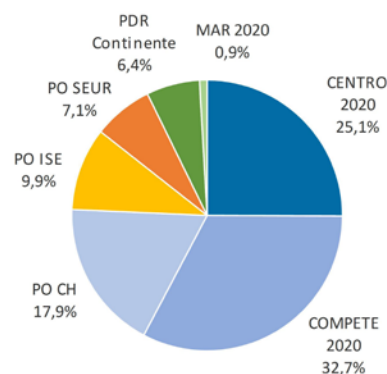
No PORTUGAL 2020, a 31 de dezembro de 2018, estavam aprovados 5,1 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 7,6 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 32,7% deste volume de apoios. O FEDER cofinanciou a maioria dos projetos aprovados.

No final do quarto trimestre de 2018, encontravam-se aprovados 5,1 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 7,6 mil milhões de euros ²⁰. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,9% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020.

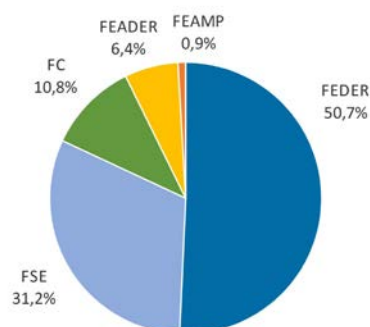
O COMPETE 2020 (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização) era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 32,7% dos apoios. Juntamente com o CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional) e o PO CH (Programa Operacional Capital Humano) mobilizaram para a região 75,7% dos montantes aprovados.

A maioria das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER, cujo volume de apoio ascendia a 2,6 mil milhões de euros (50,7%).

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (31 de dezembro de 2018)
Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO CH – Programa Operacional Capital Humano
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
FC – Fundo de Coesão
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até 31 de dezembro de 2018, estavam aprovados 3,8 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 5,7 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (31 de dezembro de 2018)	Aprovações		Execução Financeira	
	Despesa elegível	Fundo europeu	Fundo europeu	Taxa de realização de fundo*
	Milhares de euros		Milhares de euros	%
Total - Centro	5.667.940	3.798.504	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	2.884.532	1.656.626	504.874	30,5
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.070.134	909.614	530.274	58,3
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	583.657	502.332	188.173	37,5
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	434.720	361.152	111.898	31,0
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	589.291	323.223	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	105.605	45.557	10.045	22,0

x - valor não disponível
* - fundo executado / fundo aprovado x 100

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até ao final de 2018, estavam aprovados 2,9 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo europeu de 1,7 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 504,9 milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 30,5%.

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados no COMPETE 2020 na região (72,1%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 907,7 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (153,5 e 133,5 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 8,1% do fundo europeu aprovado e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 5,1%.

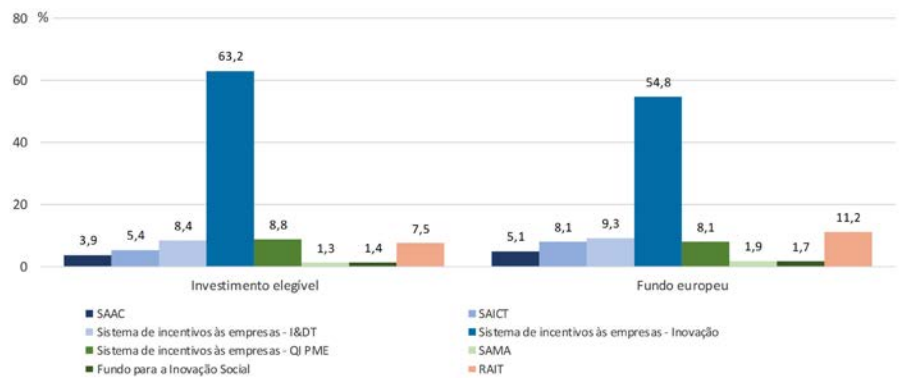
O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 11,2% do incentivo aprovado, correspondendo a 184,9 milhões de euros de Fundo de Coesão. Neste trimestre, registou-se um acréscimo de fundo aprovado de 67,7 milhões de euros, correspondente ao projeto de modernização do troço ferroviário Ovar-Gaia, da Linha do Norte. O remanescente corresponde às operações anteriormente aprovadas, tratando-se de apoios à ferrovia no valor de 116,1 milhões de euros (com destaque para os 60,6 milhões de euros de fundos europeus para a modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda, da Linha da Beira Baixa, e para os 45,5 milhões de euros de apoios para a modernização do troço ferroviário Alfaiões-Pampilhosa (Região de Coimbra), da Linha do Norte) e de outro apoio de 1,1 milhões de euros para a implementação da operacionalidade do terminal de granéis líquidos no Porto de Aveiro.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 1,9% do fundo europeu aprovado, tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com três projetos aprovados que totalizam 4,2 milhões de euros de incentivo aprovado para transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade.

De referir ainda o Fundo para a Inovação Social, com FSE aprovado na Região Centro de 28 milhões de euros (1,7%), que surge, pela primeira vez, neste trimestre. Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Em termos programáticos foi integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

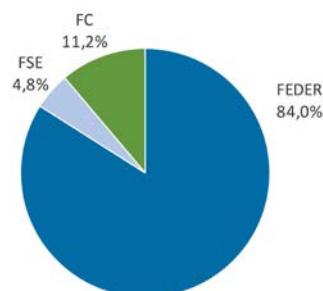
Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2018)

- I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico
- QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas
- SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica
- SAMA – Sistema de apoio à modernização administrativa
- RAIT – Regime de apoio às infraestruturas de transportes
- TIC - Tecnologias de informação e comunicação



A grande maioria das aprovações do COMPETE 2020 na região teve cofinanciamento FEDER (84,0%), existindo também operações comparticipadas pelo Fundo de Coesão (11,2%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (4,8%). No caso do FSE, trata-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas, integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME e do cofinanciamento de formação integrada em candidaturas ao SAMA.

Distribuição do fundo europeu aprovado no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (31 de dezembro de 2018)

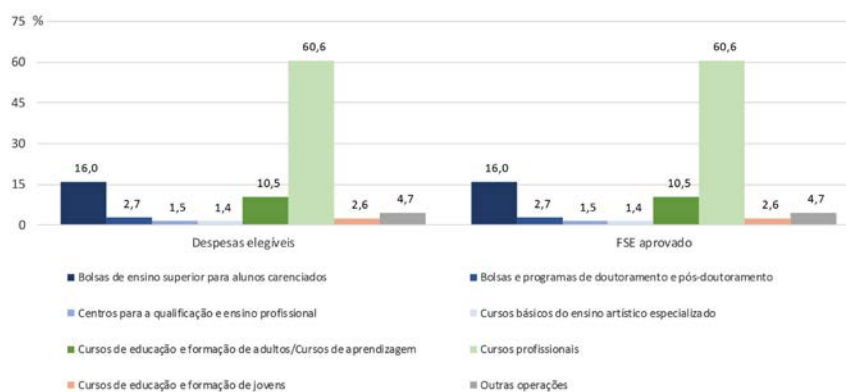


No **Programa Operacional Capital Humano (PO CH)**, que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 31 de dezembro de 2018, na Região Centro, estavam aprovados 909,6 milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 530,3 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 58,3%.

Do apoio aprovado, 60,6% destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 551,6 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho (já no QREN foram os cursos profissionais que absorveram maior valor de fundo europeu).

De entre as restantes ações, destacavam-se as bolsas de ensino superior para alunos carenciados (16,0%) e os cursos de educação e formação de adultos/sistema de aprendizagem (10,5%), que constituem uma oferta para os adultos que pretendam elevar as suas qualificações.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2018)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do quarto trimestre de 2018, estavam aprovados, na Região Centro, 583,7 milhões de euros de despesa elegível e 502,3 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 188,2 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 37,5%.

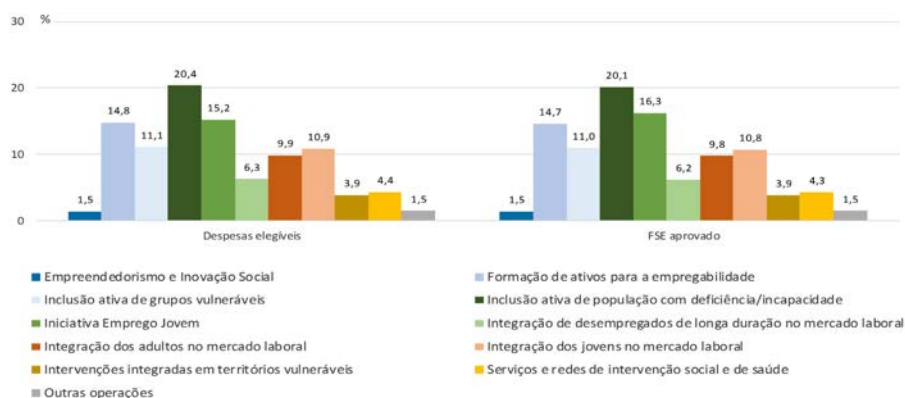
A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 20,1% do FSE aprovado (101,1 milhões de euros), tratando-se sobretudo de ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

Outra parte relevante do fundo aprovado (16,3%, correspondendo a 81,8 milhões de euros) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo a estágios em empresas e na administração local, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

A formação de ativos (empregados e desempregados) para a empregabilidade representava 14,7% do FSE aprovado. A inclusão de grupos vulneráveis absorvia 11,0% do FSE aprovado, tratando-se de ações que visam promover a capacitação de grupos potencialmente vulneráveis, apostando fundamentalmente no desenvolvimento de competências de natureza pessoal e social.

De referir ainda o cofinanciamento de ações de integração de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem no mercado de trabalho (10,8%) e de integração de adultos no mercado laboral (9,8%). Em ambas as tipologias, as ações financiadas referem-se a estágios e apoios à contratação.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2018)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 31 de dezembro de 2018, estavam aprovados, na Região Centro, 434,7 milhões de euros de despesa elegível e 361,2 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 31,0%, com o fundo validado a ascender a 111,9 milhões de euros.

Cerca de 39% do fundo europeu aprovado (138,9 milhões de euros) respeitava a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem de águas residuais.

As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos totalizavam 54,4 milhões de euros, representando 15,1% do incentivo aprovado. Tratam-se de abordagens direcionadas para a prevenção de riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (11,9 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,8 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (4,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

Os projetos de prevenção da erosão costeira (outro tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 14,8% do fundo aprovado, destacando-se as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,6 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (14,2 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (5,3 milhões de euros).

As ações de eficiência energética representavam 9,4% do fundo aprovado, abrangendo habitações, transportes e sobretudo infraestruturas públicas (8,2%), destacando-se, pela relevância dos valores, a implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia, como os centros hospitalares Tondela-Viseu, do Médio Tejo e do Baixo Vouga, os institutos politécnicos de Tomar, da Guarda e de Castelo Branco, o Instituto Português de Oncologia de Coimbra, a unidade local de saúde de Castelo Branco, a universidade da Beira Interior, entre outros.

De destacar ainda os 9,3% de fundo europeu aprovado para valorização de resíduos, onde se evidencia o incentivo de 16,0 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (31 de dezembro de 2018)



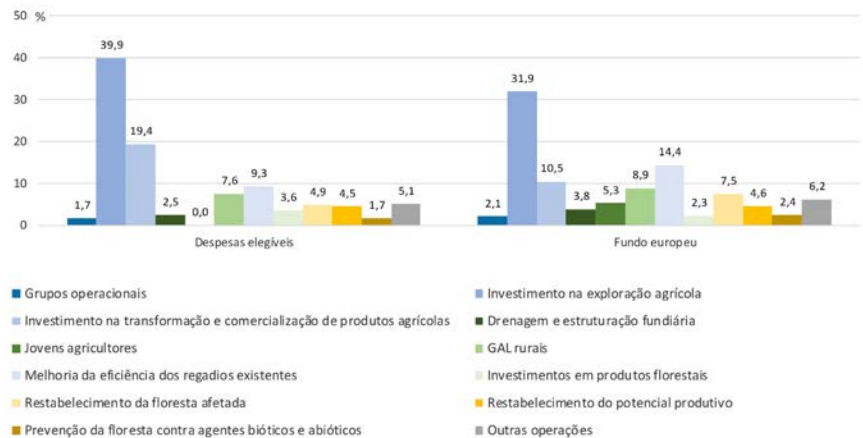
No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 31 de dezembro de 2018, na Região Centro, estavam aprovados 589,3 milhões de euros de despesa elegível e 323,2 milhões de euros de FEADER.

Para este nível de compromisso, contribuíram fortemente os projetos aprovados na ação "investimento na exploração agrícola", totalizando 103,2 milhões de euros de FEADER (31,9% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorveram 46,6 milhões de euros de fundo europeu (14,4% do fundo aprovado), destacando-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), o aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado) e o aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis, designadamente no bloco de rega das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros de apoio aprovado).

De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (10,5% do fundo aprovado), que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor, e a área do desenvolvimento local, responsável por 8,9% do FEADER aprovado, operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 28,8 milhões de euros de fundo europeu aprovados nesta área do desenvolvimento local, 18,0 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 10,8 milhões de euros correspondem à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais” e “renovação de aldeias”.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2018)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até final de 2018, na Região Centro, tinham sido aprovados 105,6 milhões de euros de despesa elegível e 45,6 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 22,0%, ascendendo o fundo validado a 10,0 milhões de euros.

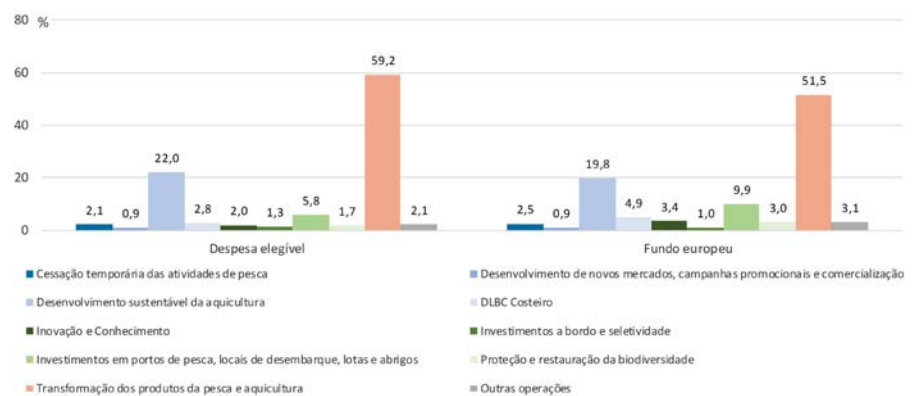
Os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 51,5% do fundo aprovado, correspondendo a 23,5 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma participação financeira de FEAMP que ascenderá aos 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 19,8% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável com um fundo aprovado de 1,0 milhões de euros.

Destacavam-se também os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos com 9,9% do FEAMP aprovado, onde se evidencia o investimento no prolongamento do quebra mar interior do porto de Peniche com um fundo aprovado de 1,4 milhões de euros.

De referir ainda o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 2,2 milhões de euros (4,9%). Deste montante, um milhão de euros destinou-se à qualificação das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 1,2 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, sendo que, até ao final de 2018, incidiam apenas nos municípios da Figueira da Foz, Lourinhã e Torres Vedras.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (31 de dezembro de 2018)



No quarto trimestre de 2018, 82,5% da dotação do **Programa Operacional Regional** – CENTRO 2020 tinha já sido colocada a concurso nos 262 avisos abertos, tendo sido apresentadas 14.984 candidaturas, com intenções de investimento na região de 4,9 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus.

Até 31 de dezembro de 2018 tinham sido aprovadas 4.675 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento total na região de 2,3 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 1,3 mil milhões de euros de fundos europeus. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 487 mil euros e um apoio europeu de 272 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		dezembro 2018	setembro 2018	junho 2018	março 2018	dezembro 2017
Concursos						
Total	número	262	260	250	246	234
Fundo comunitário*	milhões €	1.778,0	1.822,1	1.801,3	1.762,7	1.508,8
	% da dotação de fundo	82,5	84,5	83,6	81,8	70,0
Em aberto	número	21	28	21	116	104
Fundo comunitário	milhões €	138,4	381,1	367,3	804,5	550,7
Encerrados	número	241	232	229	130	130
Fundo comunitário	milhões €	1.639,6	1.441,0	1.434,0	958,1	958,1
Candidaturas apresentadas						
Total**	número	14.984	14.380	14.121	12.420	12.532
Investimento total previsto	milhões €	4.936,2	4.592,1	4.530,2	4.123,7	4.097,5
Operações aprovadas						
Total	número	4.675	4.422	4.142	3.865	3.470
Investimento total	milhões €	2.274,6	2.234,0	2.152,7	2.036,2	1.895,9
Investimento elegível	milhões €	1.915,7	1.879,6	1.807,5	1.707,3	1.587,6
Fundo comunitário	milhões €	1.271,1	1.241,1	1.190,0	1.115,7	1.041,5

* Como resultado do processo de estabilização no Sistema de Monitorização do Portugal 2020, no 4.º trimestre de 2018, foram efetuadas correções aos valores das dotações dos fundos lançados a concurso.

** A diminuição do número de candidaturas apresentadas entre o quarto trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2018 deveu-se à transferência de candidaturas do CENTRO 2020 para outros Programas Operacionais, situação que ocorreu sobretudo no sistema de incentivos às empresas.

O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 65,7% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 3.375 operações aprovadas (72,2% do total), 1,6 mil milhões de euros de intenções de investimento e 834,7 milhões de euros de incentivos.

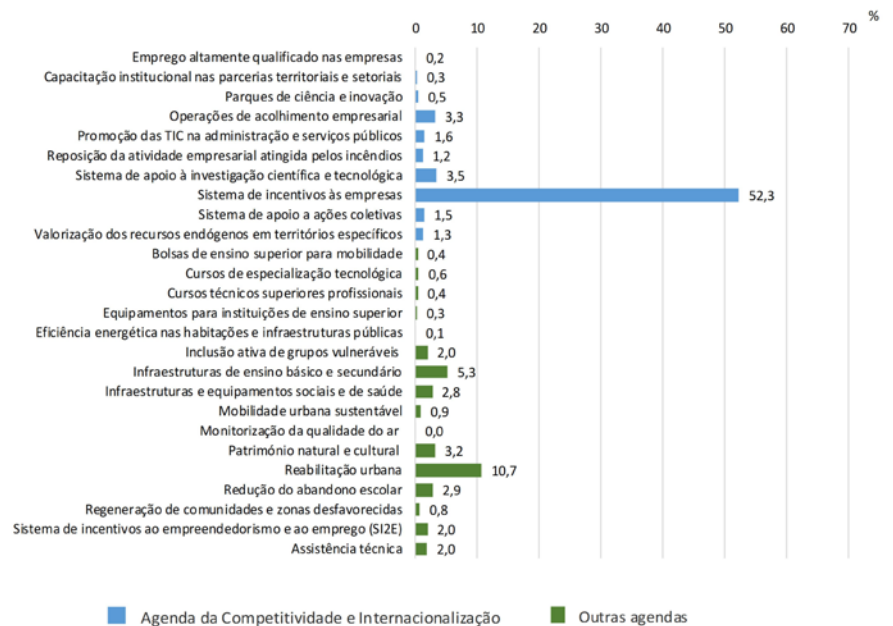
A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, com 3.002 operações aprovadas e 664,8 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 52,3% do fundo europeu total aprovado.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 3,5% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se os projetos relativos às áreas de acolhimento empresarial, com 3,3% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos.

De referir ainda neste domínio, pelo seu carater circunstancial, os apoios específicos para os territórios da Região Centro afetados pelos incêndios do dia 17 de junho de 2017 (designadamente Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã) para restabelecimento da capacidade produtiva das empresas afetadas (1,2% do fundo europeu aprovado, traduzidos em 15,4 milhões de euros).

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2018)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 436,4 milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (10,7%), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,3%), ao património natural e cultural (3,2%), à redução do abandono escolar (2,9%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (2,8%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (2,0%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção.

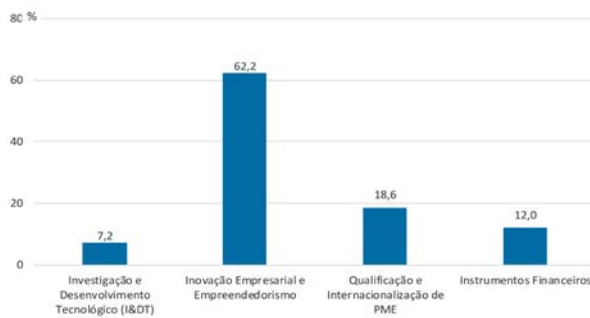
Dos 136,3 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 15,6 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) e 12,2 milhões de euros constituíam apoios para recuperação das infraestruturas básicas municipais afetadas pelos incêndios do dia 17 de junho de 2017.

De referir ainda o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no qual, até final de 2018, estavam aprovados 25,0 milhões euros de fundos europeus (2,0%) correspondendo a 675 operações aprovadas neste instrumento e a 56,5 milhões de euros de intenções de investimento. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as CIM e os GAL, uma dotação de fundos europeus de 81,3 milhões de euros.

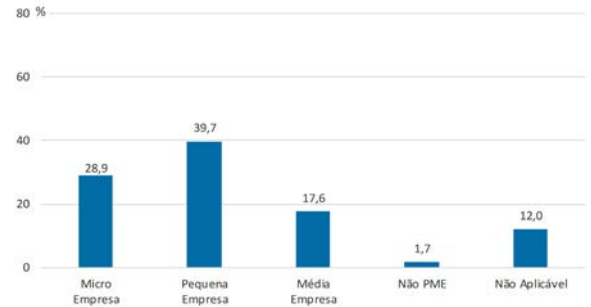
Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 62,2% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (413,2 milhões de euros), enquanto apenas 7,2% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Oitenta milhões de euros (12,0% do fundo aprovado no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas) estavam afetos a instrumentos financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (31 de dezembro de 2018)

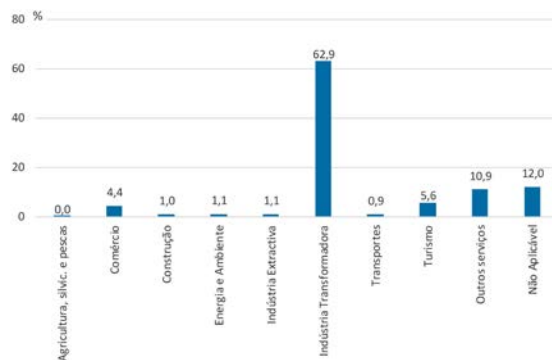
Por tipologia de investimento



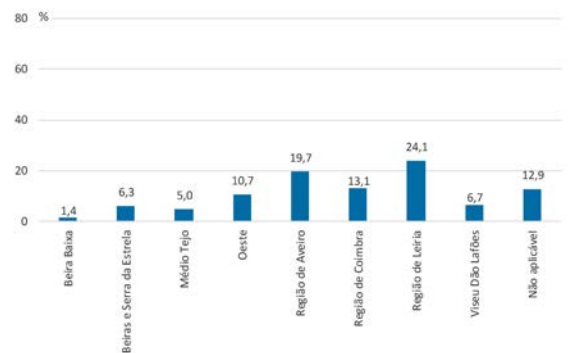
Por dimensão da empresa



Por setor de atividade



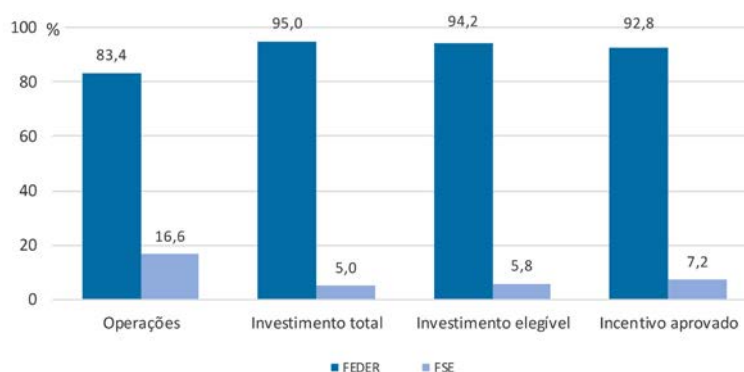
Por Comunidade Intermunicipal (CIM)



Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (39,7%) e micro empresas (28,9%) e à indústria transformadora (62,9%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

A grande maioria das aprovações do CENTRO 2020 teve cofinanciamento FEDER (92,8% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda distante dos montantes programados. Note-se que a estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 81% de FEDER e 19% de FSE (correspondendo a uma dotação financeira de 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE). No final de 2018, estavam aprovadas 3.897 operações envolvendo uma comparticipação de FEDER de 1,2 mil milhões de euros (67,3% da dotação programada). No caso do FSE, estavam aprovadas 778 operações, envolvendo 92,0 milhões de euros de fundo europeu (22,8% da dotação programada).

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (31 de dezembro de 2018)



As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (25,1 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) a medidas que visam a redução do abandono escolar (36,3 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária²¹, (ii) a cursos de especialização tecnológica (7,4 milhões de euros), (iii) a cursos técnicos superiores profissionais (5,5 milhões de euros), (iv) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (v) a formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,9 milhões de euros), (vi) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (3,9 milhões de euros), (vii) aos incentivos atribuídos no âmbito do S12E (2,4 milhões de euros) e (viii) aos incentivos à contratação de emprego altamente qualificado nas empresas (2,4 milhões de euros).

²¹ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

No final de 2018, o programa tinha 59,0% da sua dotação comprometida e estavam validados 424,3 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 19,7%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução diminuiu 1,0 p.p., situando-se nos 39,3 p.p. (tendência que é expectável que se mantenha à medida que nos vamos aproximando do final da vigência deste período de programação financeira). A taxa de realização do CENTRO 2020 aumentou para os 33,4%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 460,5 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (108,5%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 36,2%. Note-se a diminuição da taxa de reembolso face ao trimestre anterior, que reflete a conversão de alguns dos adiantamentos (que permitem aos beneficiários disporem de liquidez para a realização de despesa) em despesa efetiva e validada.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		dezembro 2018	setembro 2018	junho 2018	março 2018	dezembro 2017
Execução financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	612.265	536.267	481.041	424.084	368.977
Fundos comunitários	milhares €	424.332	371.816	334.838	296.747	258.895
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	460.466	407.890	364.690	318.066	282.715
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	59,0	57,6	55,2	51,8	48,3
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	19,7	17,3	15,5	13,8	12,0
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	33,4	30,0	28,1	26,6	24,9
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	36,2	32,9	30,6	28,5	27,1
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	108,5	109,7	108,9	107,2	109,2

Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2012)

Desemprego Registrado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 11, n.º 12, n.º 13, n.º 14 e n.º 15
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)



ccdrc comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

Cofinanciado por:

CENTRO 2020

PORTUGAL 2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional